



Nº 61 - MARÇO/ABRIL DE 2025

REVISTA

RECONEXÃO PERIFÉRIAS



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

Por uma economia solidária e sustentável nas periferias



**Reconexão Periferias lança
caderno sobre conflitos agrários**

**A luta das mulheres
indígenas na Amazônia**

Por uma economia solidária e sustentável nas periferias



OBRA DE EMILLY REUS

A revista **Reconexão Periferias** de março e abril propõe uma reflexão sobre um novo modelo de desenvolvimento para o Brasil, baseado na economia popular e solidária. Sobre isso, a foi realizada pela Fundação Perseu Abramo, no mês de março, a roda de conversa **Periferias, empreendedorismo, economia comunitária e solidária**, com a participação de especialistas e gestores públicos.

Na seção *Entrevista*, a coordenadora estadual do Programa Paul Singer, da Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego, Mariana Giroto, aborda os desafios economia solidária para o desenvolvimento local nas periferias e como esse

PROJETO RECONEXÃO PERIFERIAS ■ CONSULTOR RESPONSÁVEL ARTUR HENRIQUE DA SILVA SANTOS ■ COORDENADOR DO PROJETO PAULO CÉSAR RAMOS ■ EQUIPE RUAN BERNARDO, SOFIA TOLEDO, VICTORIA LUSTOSA BRAGA, DARLENE TESTA, MATHEUS TANCREDO TOLEDO E BARBARA MARTINSALVES DOS SANTOS ■ EDIÇÃO E REVISÃO ROSE SILVA ■ PRODUÇÃO EDITORIAL CAMILA RÔMA ■ PROJETO GRÁFICO CACO BISOL ■ DIRETORIA EXECUTIVA DA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO PAULO OKAMOTTO (PRESIDENTE), BRENNO CESAR (VICE-PRESIDENTE), DIRETORES: ALBERTO CANTALICE, ALEXANDRE MACEDO DE OLIVEIRA, CARLOS HENRIQUE ÁRABE, ELEN COUTINHO, JORGÉ BITTAR, MONICA VALENTE, NAIARA TORRES E VALTER POMAR.

projeto poderia ajudar a melhorar a qualidade de vida nos territórios, além de criar redes de trabalho justo.

No artigo *A (in)visibilidade dos indígenas no contexto urbano: descolonizar narrativas e políticas*, o educador Givanildo M. da Silva-Giva trata do processo violento e permanente de silenciamento vivido pelos povos indígenas, que se manifesta em diversas dimensões. “O assimilacionismo, por exemplo, foi uma das políticas abertamente defendidas pelo Estado brasileiro até a década de 1970, período marcado por uma ditadura empresarial-militar-civil”, destaca.

A edição traz ainda o perfil da União da Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira (Umiab), criada em 2010 e registrada oficialmente

em 2013, cuja missão é organizar as indígenas na luta por seus direitos. Desde o início, focou em discutir, elaborar e negociar projetos que fortalecem os direitos das mulheres e ampliar sua participação na agenda do movimento indígena. A organização se soma aos movimentos pelo direito à terra, auto-sustentação, saúde e educação dos povos originários.

O feminicídio invisível e a impunidade institucional nas chacinas são temas do artigo das pesquisadoras Sofia Toledo e Barbara Martins Alves dos Santos, que faz uma análise da pesquisa *Chacinas e a Politização das Mortes no Brasil*, realizada pelo Reconexão Periferias, com base em um levantamento de casos de chacinas a partir de notícias de jornal de 2011 a 2022.

O webinar *Captação de recursos para organizações periféricas*, realizado pelo Reconexão Periferias no dia 8 de abril, reuniu 75 representantes de organizações sociais e coletivos das periferias e foi registrado em um texto desta edição. A iniciativa foi motivada pela necessidade de ampliar a participação dessas entidades em editais de fomento e nos conselhos de participação política.

A seção de arte apresenta a multiartista visual, arte-educadora, ilustradora e atelierista Emilly Reis, que atua com educação e cultura, levando a arte como ferramenta para transformar realidades e olhares. Desde muito pequena, vê a arte como uma aliada para tecer horizontes de possibilidades e expressão.

Boa leitura! Boas lutas! ■

A (in)visibilidade dos indígenas no contexto urbano: descolonizar narrativas e políticas

GIVANILDO M. DA SILVA-GIVA

GIVANILDO M. DA SILVA-GIVA É EDUCADOR, PESQUISADOR DO NÚCLEO OPARÁ, VINCULADO AO COLÉGIO LATINO AMERICANO DE ESTUDOS GLOBAIS EM DIREITO E SOCIEDADE (CLAEDS), E ESCRITOR.



FOTO: ARQUIVO PESSOAL

“Não é a primeira vez que profetizam nosso fim; enterramos todos os profetas” Ailton Krenak

Os indígenas enfrentam um processo violento e permanente de silenciamento, que se manifesta em diversas dimensões. O assimilacionismo, por exemplo, foi uma das políticas abertamente defendidas pelo Estado brasileiro até a década de 1970, período marcado por uma ditadura empresarial-militar-ci-

vil. O que se observa, no entanto, é que o etnocídio tem sido a política mais constante do Estado contra os povos originários — uma prática fundamental para consolidar a lógica imposta desde a invasão de 1500.

Essa ação contínua não apenas apaga, mas também naturaliza a invasão

e suas consequências, especialmente no que diz respeito às diversas formas de violência: a negação do genocídio, da escravidão, dos estupro e da desterritorialização, entre outras. Uma dessas negações refere-se à origem das cidades. Em grande parte da história oficial, prevalece uma narrativa mágica e heroica dos invasores, sobre a formação do território de Pindorama/Brasil, ignorando que a maioria absoluta das cidades surgiu em locais

que já possuíam presença indígena — e não a partir da ocupação de algum colonizador.

Ocupação e permanência

A formação de núcleos urbanos sempre dependeu de condições básicas de sobrevivência, como acesso à água — justamente os territórios já ocupados por povos indígenas. A colonização, portanto, não "fundou" cidades, mas invadiu, destruiu e se apropriou de espaços que tinham condições preexistentes, exatamente porque eram ocupados por povos indígenas daquele local. Superar o "pensamento mágico e heroico" sobre a origem das cidades é urgente, pois revela uma verdade incontestável: nós sempre estivemos aqui.

Etnocídio e invisibilidade

O etnocídio persiste não apenas pela violência física, mas pelo apagamento estatístico e político. O Censo do IBGE (2021) revela que indígenas estão presentes em 90% dos municípios brasileiros (4.832 cidades), um dado que desmonta a narrativa



FOTO: JOÉDSON ALVES/AGÊNCIA BRASIL

de seu "desaparecimento". No entanto, as políticas públicas ainda operam sob uma lógica colonial: ignoram essa presença ou a tratam como exceção. Seja na educação, saúde, habitação ou mobilidade urbana, é essencial reconhecer quem já estava aqui e suas formas específicas de existir no mundo.

Descolonizar as cidades

Vivemos uma era de urgência climática ("capitalismoceno"), onde o modelo urbano-colônia-capitalista acelera a crise planetária que estamos vivendo. Reverter o apagamento indígena não é apenas uma reparação histórica, mas uma alter-

nativa vital: a cultura e cosmovisão indígenas, os modos de vida e formas de habitar o planeta que conectam seres humanos e natureza. Incluir essas visões não é "sensibilidade", mas sobrevivência. Caso contrário, caminhamos para um colapso irreversível. ■

Feminicídio invisível e impunidade institucional nas chacinhas¹

BARBARA MARTINS ALVES DOS SANTOS E SOFIA HELENA MONTEIRO DE TOLEDO COSTA

BARBARA MARTINS ALVES DOS SANTOS É BACHAREL EM DIREITO PELA UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE, PESQUISADORA NO CENTRO DE JUSTIÇA RACIAL E DIREITO, PESQUISADORA RESPONSÁVEL PELO EIXO DE VIOLÊNCIA DO PROJETO RECONEXÃO PERIFÉRIAS.

SOFIA HELENA MONTEIRO DE TOLEDO COSTA É MESTRANDA EM SOCIOLOGIA PELA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, COORDENOU A PESQUISA CHACINAS E A POLITIZAÇÃO DAS MORTES NO BRASIL E É ANALISTA DO NOPPE/FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO.



BÁRBARA E SOFIA. FOTOS: ARQUIVO PESSOAL E SÉRGIO SILVA

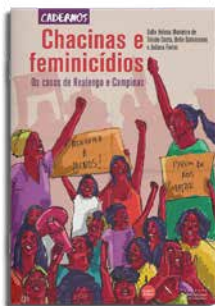
O feminicídio em chacinhas representa uma dupla violência: a primeira, praticada contra o corpo da vítima; a segunda, exercida pelo Estado, que falha em nomeá-la, investigá-la e protegê-la postumamente

A violência de gênero no Brasil apresenta seletividades que ultrapassam o reconhecimento formal do feminicídio como um crime autônomo. A tipificação do feminicídio representou um avanço jurídico ao conferir maior visibilidade à violência letal contra mulheres, mas sua aplicação revela um viés racial significativo. A pesquisa *Chacinhas e a Politização das Mortes no Brasil*,

realizada pelo Reconexão Periferias da Fundação Perseu Abramo, realiza um levantamento de casos de chacinhas a partir de notícias de jornal cobrindo um período que vai de 2011 a 2022².

Entre 2011 e 2022, ao menos 54 chacinhas classificadas como feminicídio ou casos associados foram registradas no Brasil³. Esses eventos, embora representem uma fração do total

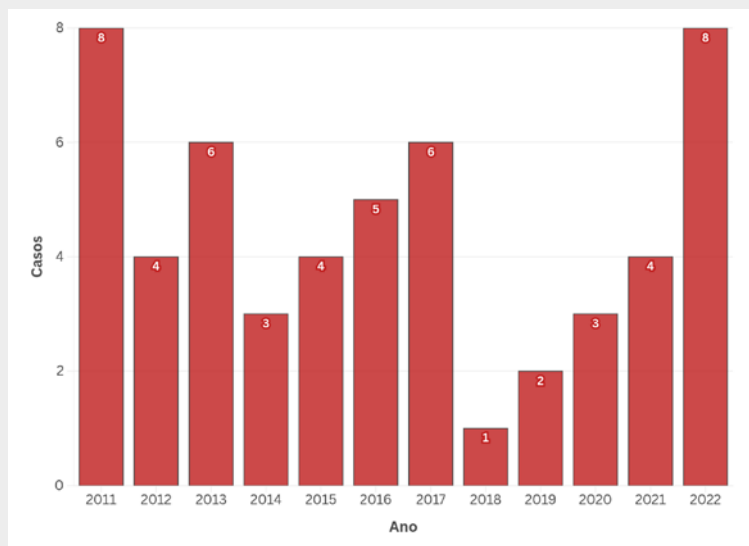
de chacinhas no país, revelam padrões alarmantes sobre como o sistema de justiça lida com a violência letal contra mulheres, especialmente quando cometida em contextos coletivos e com múltiplas vítimas. O dado mais revelador não é, entretanto, o número absoluto de ocorrências ou o perfil das vítimas — mas sim a ausência de informações sobre o desfecho jurídico da maioria desses crimes.



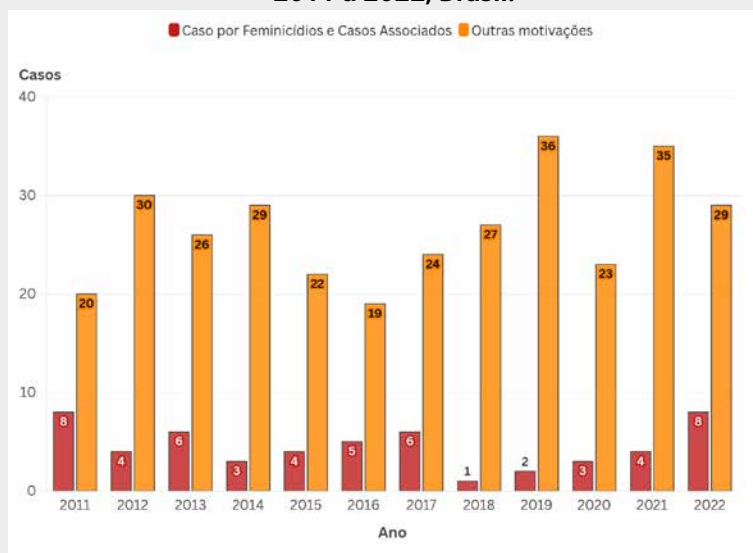
1. O PRESENTE TEXTO É UMA SÍNTESE DA REFLEXÃO APRESENTADA NA INTRODUÇÃO DO CADERNO CHACINAS E FEMINICÍDIOS: OS CASOS DE REALENGO E CAMPINAS (COSTA, DAMASCENO E FARIAS, 2024). PARA MAIOR APROFUNDAMENTO VER PUBLICAÇÃO COMPLETA EM: [HTTPS://FPABRAMO.ORG.BR/RECONEXAO/PERIFERIAS/PRODUCAO/CHACINAS-E-FEMINICIDIOS-OS-CASOS-DE-BEALENGO-E-CAMPINAS](https://fpabramo.org.br/reconexao/periferias/producao/chacinhas-e-feminicidios-os-casos-de-bealengo-e-campinas)

2. O LEVANTAMENTO DE CASOS A PARTIR DAS NOTÍCIAS DE JORNAL ESTÁ PUBLICADO EM FORMATO DE PAINEL INTERATIVO NO SITE DA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. VER MAIS EM: [HTTPS://FPABRAMO.ORG.BR/RECONEXAO/PERIFERIAS/PAINEL-DE-VIOLENCIA](https://fpabramo.org.br/reconexao/periferias/painel-de-violencia)

3. PAINEL DE DADOS RECONEXÃO PERIFÉRIAS "CHACINAS E A POLITIZAÇÃO DAS MORTES", FPA 2023

Gráfico 1: Casos de chacina por feminicídio e casos associados distribuídos por ano, 2011 a 2022, Brasil.

FORNTE: CHACINAS E A POLITIZAÇÃO DAS MORTES NO BRASIL, PROJETO RECONEXÃO PERIFÉRIAS, DA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO.

Gráfico 2: Casos de chacinas por feminicídios e casos associados e outras motivações com vítimas femininas distribuídos por ano, 2011 a 2022, Brasil.

FORNTE: CHACINAS E A POLITIZAÇÃO DAS MORTES NO BRASIL, PROJETO RECONEXÃO PERIFÉRIAS, DA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO.

Dos 54 casos analisados, 27 não apresentam nenhuma informação sobre seu encaminhamento legal. Apenas 14 resultaram em prisão, 11 chegaram

à fase de inquérito, e os demais foram registrados com desfechos iniciais como boletins de ocorrência ou sem nenhuma atualização posterior⁴. A

invisibilidade institucional dessas etapas revela uma realidade preocupante: a violência letal de gênero, quando cometida em chacinas, tende

4. PAINEL DE DADOS RECONEXÃO PERIFÉRIAS "CHACINAS E A POLITIZAÇÃO DAS MORTES", FPA, 2023

a desaparecer também no percurso judicial.

A fonte principal da pesquisa — as notícias jornalísticas — é um fator relevante para entender essa lacuna. As reportagens utilizadas na construção do banco de dados costumam ser produzidas nos dias imediatamente posteriores ao crime, e se baseiam em informações fornecidas por autoridades policiais ainda na fase inicial da apuração. Como a polícia informa o que sabe no momento, é natural que essas reportagens tragam apenas dados preliminares. No entanto, mesmo com o decurso de tempo, não há atualização sistemática sobre o que ocorre posteriormente na justiça. Isso não constitui apenas uma limitação metodológica: trata-se de um dado revelador do funcionamento institucional da resposta penal às chacinas.

A ausência de informação — em especial sobre investigações, denúncias e julgamentos — é, em si, uma informação crítica. Ela evidencia que o sistema de justiça não acompanha, não sistemati-

za e, sobretudo, não torna público o desfecho da maioria dos crimes coletivos com vítimas mulheres. Essa omissão compromete a construção de políticas públicas de enfrentamento à violência de gênero e impede que a sociedade compreenda a dimensão real da impunidade.

A ausência de responsabilização formal desses crimes — seja por falta de investigação, denúncia ou sentença — aponta para uma crise estrutural no enfrentamento à violência de gênero letal no país. Os dados não revelam um crescimento linear de casos ao longo dos anos, mas sim uma variação irregular, impactada por fatores como a cobertura jornalística e a pandemia de Covid-19, que reduziu a produção e publicação de matérias sobre feminicídio. Isso reforça a importância de olhar não apenas para a contagem de casos, mas para o que acontece com eles no sistema de justiça.

A pergunta que emerge da análise é direta: o que acontece juridicamente com as mulheres assassina-

das em chacinas no Brasil? A resposta, infelizmente, é marcada por silêncio institucional. Os dados disponíveis sugerem que a maior parte desses casos permanece paralisada no inquérito ou sequer alcança essa etapa, e que o reconhecimento do feminicídio, quando ocorre, não garante continuidade nem responsabilização. O que chamamos para a atenção pública é que as relações de gênero desiguais são tão profundas que são capazes de produzir atos de violência extrema como as mortes múltiplas ligadas por uma única causa, as chacinas.

O feminicídio em chacinas representa uma dupla violência: a primeira, praticada contra o corpo da vítima; a segunda, exercida pelo Estado, que falha em nomeá-la, investigá-la e protegê-la postumamente. Quando os casos não geram ações penais, sentenças ou mesmo estatísticas consolidadas, o que se consolida é um pacto tácito de tolerância institucional à letalidade de gênero — sobretudo quando racializada e periférica. ■

Economia solidária gera consumo responsável e sustentabilidade ambiental

ROSE SILVA



FOTO: SERGIO SILVA

Mariana Baptista Giroto compõe a equipe de articuladores do Instituto Paul Singer e a Coordenação estadual SP do Programa Paul Singer, da Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego.

Ela é Graduada em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo e fundadora da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da USP, onde atuou como conselheira e formadora.

Também atua na coordenação executiva da Rede Brasileira de Gestores de Economia Solidária e nos Fóruns Paulista e Brasileiro de Economia Solidária, além de integrar o coletivo

que coordena o setorial de Economia Solidária do PT Nacional e o de São Paulo.

Nesta entrevista, ela falou à revista Reconexão Periferias sobre o modelo de economia solidária para o desenvolvimento local nas periferias e como esse projeto poderia ajudar a melhorar a qualidade de vida nos territórios, além de criar redes de trabalho justo.

Reconexão Periferias

- O trabalho por conta

própria no Brasil garante a sobrevivência de uma grande parte da população das periferias. No entanto, a maioria desses trabalhadores não têm proteção social. A economia popular e solidária poderia ser pensada para suprir essa necessidade?

Mariana Giroto - A maioria dos trabalhadores no Brasil está na informalidade ou trabalha por conta própria, cerca

de 60 milhões. É sem dúvida um desafio a organização desses trabalhadores, por terem uma lógica mais individual. Mas é possível, sim, a economia solidária propor uma organização em rede, coletiva, para essas pessoas, que podem trabalhar individualmente, mas organizar coletivos para comprar, divulgar o seu negócio, criar circuitos de trocas e de compras. É, entre os pequenos negócios, comprar insumos. Sobre a seguridade social, a economia solidária pode criar mecanismos, como fundos dentro dos empreendimentos, para garanti-la. Uma forma de garantir isso seriam as compras públicas. Se esses recursos que vão para as grandes empresas passarem a ir para pequenos empreendimentos de economia solidária, dentro de um valor que permita viabilizar os fundos, seria possível garantir a seguridade social dos trabalhadores.

Um dos principais desafios no Brasil hoje é a sustentabilidade ambiental. Você acredita

que o modelo de desenvolvimento a partir da economia solidária tem relação com o meio ambiente?

Um dos princípios da economia solidária é a preocupação com o meio ambiente, com a comunidade, com seu entorno. Então, reutilizam-se materiais para gerar menos resíduos. E, na lógica do

pequeno negócio e do desenvolvimento territorial, já se reduz o impacto ambiental. Quanto menor a unidade produtiva, menor o impacto ambiental. Quando se tem pequenos negócios, próximos à casa dos trabalhadores, isso gera menos deslocamento, diminui o uso de transporte. Tem ainda essa



FOTO: ARQUIVO PESSOAL

questão da preocupação com o reaproveitamento de materiais, evitando desperdício, e preservação do entorno, das comunidades. Porque quando se mora ali, há interesse de preservar o ambiente e o território que tem relação direta com o empreendimento. Há também a questão do custo: quando você reaproveita, abaixa o custo. Então, tudo isso é pensado dentro da lógica do empreendimento econômico solidário.

Você acredita que, com o atual governo, as políticas públicas para as cooperativas e o cooperativismo avançaram? Quais são as principais dificuldades das cooperativas atualmente?

Existe uma legislação própria que regula o cooperativismo no Brasil, mas é bem antiga e atrasada, de 1981, ela precisa ser modernizada e atualizada para a nova realidade de trabalho. Essa é uma luta também do movimento da economia solidária. E a aprovação dessa Lei Nacional de Economia Solidária é um avanço, que cria a

nova figura jurídica de empreendimento, que é o empreendimento econômico solidário. Recentemente vivemos um desmonte da política de economia solidária no Brasil, nas eras Temer e Bolsonaro. Com o governo Lula, houve uma retomada. Foi recriada a Secretaria Nacional de Economia Solidária e houve uma retomada da política. Foi reativado o Conselho Nacional de Economia Solidária.

Um dos princípios da economia solidária é a preocupação com o meio ambiente, com a comunidade, com seu entorno.

E desde o ano passado estão sendo realizadas conferências municipais, regionais, estaduais. Vai acontecer ainda, em agosto, a Conferência Nacional de Economia Solidária, discutindo propostas de políticas públicas para o Plano Nacional de Economia Solidária. Dentro da Secretaria de Economia Solidária existe o

programa Paul Singer, do qual faço parte, voltado a formação e mapeamento dessas experiências. O que a gente entende de empreendimentos, de redes, de cadeias produtivas, da economia solidária, de entidades que trabalham com economia solidária? Será um avanço conseguirmos identificar e mapear onde estão essas experiências e o que elas estão fazendo, como sobreviveram, quais são essas novas tecnologias e formas de trabalho desenvolvidas dentro da economia solidária nos últimos dez anos. Com esse cadastro, conseguiremos ver mais precisamente onde estamos e o que achamos, os empreendimentos e as experiências de economia solidária.

Você poderia citar exemplos de como empreendimentos de economia solidária podem ajudar no desenvolvimento de territórios periféricos?

Por exemplo, as escolas públicas poderem comprar e contratar serviços de reparos, pequenas reformas da própria co-

munidade, dos pais, dos alunos, que muitas vezes estão desempregados. Então, se for trabalhado dentro do território, por exemplo, em torno das escolas, que esses pais, possam prestar serviços de reparos e reformas, que as mulheres possam produzir uniformes das escolas e ser contratadas para fornecer a merenda escolar, tudo isso geraria um círculo virtuoso dentro do território. E ainda garantir para essas famílias que as crianças permaneçam estudando com qualidade de vida, que possam se alimentar bem, se vestir bem, e a partir dessa renda obter qualidade nesse desenvolvimento. Com certeza isso pode ocorrer em inúmeros outros produtos e serviços. Em vez de fazer

grandes licitações, que às vezes trazem até produtos de outros estados para suprir aquela demanda. Se isso fosse concentrado em empreendimentos do território geraria uma grande avanço no desenvolvimento e na circulação da riqueza e na melhoria da qualidade da comunidade, para as pessoas que ali atuam.

Eu gostaria que você falasse um pouco sobre o acesso ao financiamento. Como você vê essa questão?

Essa questão é uma grande barreira, uma dificuldade das cooperativas e dos empreendimentos atualmente. Hoje é muito difícil acessar crédito e financiamento por conta das exigências legais e burocráticas que

existem. Você precisa ter um patrimônio para dar como garantia de crédito. Não há um fundo garantidor de um patrimônio que garanta esse crédito. Isso já é uma enorme barreira. As taxas de juros são altíssimas, as exigências de estar com toda a documentação, possuir tudo em dia também é um obstáculo. A questão das exigências de ter que apresentar um plano de negócio ou contratos para poder liberar esse crédito. São dificultadores de acesso ao crédito, que é imprescindível para desenvolver o negócio. Porque quando se pega um contrato é preciso ter crédito para comprar matéria prima, comprar os insumos, investir equipamentos, investir em materiais de segurança. É um impeditivo, mesmo porque muitos dos empreendimentos e a grande maioria da economia solidária é formada por trabalhadores das periferias do Brasil.

Trabalhadores que estão fora do mercado de trabalho formal e não têm capital guardado nem



FOTO: MARCELO CAMARGO/AGB

acesso ao sistema bancário convencional. É fundamental que haja linhas de crédito com juros subsidiados ou com fomento a fundo perdido para ter esse investimento inicial, essa estruturação inicial dos empreendimentos, para que consigam de fato competir de igual para igual nesse mercado capitalista.

Você acredita que a organização em cooperativas poderia ser uma alternativa para trabalhadores contratados por aplicativos? Conhece experiências de cooperativas de empregadores que você avalie positivamente?

Essa questão do cooperativismo de plataforma, das cooperativas de entregadores, é uma questão nova, mas que tem surgido cada vez mais frequência e força dentro da economia solidária. Existem algumas experiências que estão sendo formadas. Uma primeira foi de uma cooperativa de motoristas de carro por aplicativo em Araraquara. Eles procuraram

e conseguiram contratar um aplicativo para conseguir a licença de uso no município, pagaram para competir diretamente com a Uber e obtiveram resultados muito positivos, porque eles mesmos fazem a gestão do aplicativo. Então, tiraram esse atravessador, que fica de 20 a 30% do lucro. Os próprios motoristas contrataram pessoas para ajudar na gestão, e esse esse valor, que iria para a plataforma, hoje fica na cooperativa. Outros exemplos também foram formados. Uma cooperativa de moto-entregadores com egressos do sistema prisional. São pessoas que geralmente têm dificuldade de inserção no mercado de trabalho, não são aceitos, não são contratados em lugar nenhum. Isso é economia solidária, é uma alternativa. É montar o seu próprio negócio e poder ser dono sem depender da boa vontade de uma empresa para ser contratado. Eles também são donos desse aplicativo, por meio de um incentivo, um edital

feito pela prefeitura, para desenvolverem aplicativo próprio. Em Diadema também houve uma experiência de organização de trabalhadores moto entregadores para formar uma cooperativa com a ajuda da prefeitura. Porém, é complexo, porque eles estão acostumados a trabalhar numa lógica individualista. Tudo isso tem de ser trabalhado.

A questão do acesso ao financiamento é uma grande barreira, uma dificuldade das cooperativas e dos empreendimentos atualmente.

Você acredita que a economia popular e solidária pode ser vista como um modelo de desenvolvimento para o Brasil? Fale um pouco sobre isso. Como é que você vê essa questão?

Defendo essa proposta de economia solidária como um novo modelo de desenvolvimento, que olhe para as questões sociais,



FOTO: TOMAZ SILVA/AGB

ambientais e culturais dos território. Que promova o desenvolvimento territorial e local a partir de uma lógica de cooperação e de solidariedade entre as pessoas com formação de redes de empreendimentos de economia solidária, que possa trabalhar dentro de um dos princípios da cooperação do trabalho associado, do consumo responsável, da preservação ambiental,

onde os trabalhadores possam promover o desenvolvimento dos territórios a partir de pequenos negócios que sejam geridos coletivamente, democraticamente, que possam ter acesso a tecnologias, conhecimentos, formação e assessorias voltadas para as diversas necessidades e diferentes realidades de cada território. Que sejam acessíveis,

tecnologias fáceis de serem implementadas e de baixo custo, que tenham uma lógica de comércio na qual os fornecedores sejam também do local, os consumidores sejam formados e entendam que ao comprar aqueles produtos, estão promovendo o desenvolvimento. Isso gera uma qualidade de vida muito melhor para para todos, para toda a comunidade. ■

Umiab luta pelos direitos das mulheres indígenas na Amazônia

POR ROSE SILVA

A União da Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira (Umiab) foi criada em 2010 e registrada oficialmente em 2013, com a missão de organizar as indígenas na luta por seus direitos.



CRÉDITO: REPRODUÇÃO REDES SOCIAIS

Desde o início, a Umiab focou em discutir, elaborar e negociar projetos que fortalecem os direitos das mulheres e ampliar sua participação na agenda do movimento indígena. A organização se soma aos movimentos pelo direito à terra, auto-sustentação, saúde e educação dos povos originários.

Uma de suas mais importantes atuações se deu na identificação e combate ao tráfico de mulheres indígenas de suas terras e comunidades para trabalhar em casas de famílias brancas, em condições de

semiescavidão, conforme relatado por pesquisas e documentos desde a década de 1970. Ainda hoje existem muitos casos, principalmente nos lugares mais remotos. Uma vez traficadas, essas mulheres passam a vida trabalhando como empregadas domésticas, sem carteira assinada ou direitos trabalhistas.

A organização realiza oficinas de capacitação, seminários, encontros de formação, mobilizações, reuniões e marchas com o objetivo de chamar atenção da sociedade, das autoridades, das institui-

ções públicas e dos meios de comunicação para o problema do racismo, da discriminação e do preconceito que assola os povos indígenas desde o início da colonização do Brasil.

A coordenadora da Umiab, Telma Taurepang, é originária da Terra Indígena Araçá, em Roraima, de onde migrou para a comunidade Mangueira. Mãe de três filhos e avó de dois meninos e uma menina, é acadêmica em Antropologia com ênfase em educação indígena pela Universidade Federal de Roraima e uma das lideranças indígenas mais



CRÉDITO:
REPRODUÇÃO
REDES SOCIAIS

conhecidas na luta pelos direitos das mulheres.

Na língua dos seus antepassados, o nome Telma é Paata Maimu: a voz da terra. Ela lembra que seus avós vieram da Savana, na Venezuela. “Como nós, indígenas, nunca tivemos fronteira, permanecemos ligados à savana, às florestas e aos cerrados”.

Telma ingressou na luta indígena e pelos direitos das mulheres indígenas em 2005, quando saiu da cozinha, onde ajudava a cuidar das lideranças, para atuar mais diretamente. De 2005 a 2010 foi cacica dentro de sua aldeia, professora da comunidade e, logo depois, assumiu a coordenação do Conselho Indígena de Roraima, uma organização de renome internacional, reconhecida

pela conquista da Raposa Serra do Sol e por ajudar os yanomamis na luta pela demarcação.

“Tivemos muitos avanços nesse período, hoje há organizações indí-

genas com autonomia de decisão, de planejamento, de conciliação, a primeira mulher indígena advogada, a primeira mulher indígena parlamentar.

E, a cada dia que passa, nossas organizações se fortalecem. Ao longo dessas décadas, tivemos o avanço de não usar mais a borduna, e sim a caneta.

Porque hoje nós temos

homens e mulheres formadas, uma juventude que luta pelo que ela acredita. E é através da universidade, também, que nós conquistamos esses espaços”, afirma ela.

Telma pontua que a meta é assegurar a sobrevivência das próximas gerações. “O que nós precisamos são parlamentares comprometidos não só com a causa indígena, mas em defesa de um planeta que precisa ser cuidado. Até quando nós teremos uma água potável? Até quando a elite vai tomar água mineral? Então, nós precisamos, de fato, continuar ecoando as nossas vozes. As organizações indígenas precisam estar unidas, cada vez mais. E nós, seres humanos, precisamos saber que planeta que nós deixaremos para as nossas próximas gerações”, conclui. ■



CRÉDITO: @NIARA.NUKINI

Evento debateu economia solidária como modelo de desenvolvimento para o Brasil

ROSE SILVA



FOTO: SÉRGIO SILVA

Necessidade de encontrar saídas coletivas considerando o trabalho por conta própria nas periferias foi apontado como grande desafio contemporâneo

O empreendedorismo e sua relação com a economia popular no mercado de trabalho contemporâneo foi o tema da roda de conversa **Periferias, empreendedorismo, economia comunitária e solidária**, realizada em 25 de março, pela Fundação Perseu Abramo, por meio do Reconexão Periferias. Estiveram na abertura do evento o presidente da Fundação Perseu Abra-

mo, Paulo Okamoto, e o coordenador do Reconexão Periferias, Paulo Ramos, como mestre de cerimônias.

Participaram da roda de conversa o ex-prefeito de Araraquara, Edinho Silva, a formadora do MST Jade Percassi, o sociólogo e coordenador-executivo da Rede Brasil Afroempreendedor (Reafro), João Carlos Nogueira, a

coordenadora estadual do Programa Paul Singer, da Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego, Mariana Giroto, e a consultora do Reconexão Periferias Darlene Testa, que mediu o debate.

Okamoto afirmou que para refletir sobre a cultura empreendedora e sua relação com o mundo do

trabalho e a economia solidária é fundamental pensar quem são os trabalhadores e qual é o nosso foco. “A cultura empreendedora é individualista, e esse é um problema. Porque, na prática, estamos estimulando as pessoas que não conseguem ter bons empregos a serem empreendedoras. Como partido de esquerda, em um estado capitalista que tem muitas falhas, devemos apontar saídas econômicas, mas precisamos avaliar melhor como fazer isso e pensar em saídas coletivas. Como produzir política e conhecimento levando em consideração a realidade daqueles que precisam trabalhar por conta própria é um grande desafio hoje”, disse.

O consultor do Reconexão Periferias, Artur Henrique Silva Santos, afirmou que o debate da economia solidária com sua amplitude deve ser replicado em todo o país. “Queremos que esse negócio se transforme na centralidade do modelo de desenvolvimento e espero que a gente consiga convencer cada vez mais pessoas dessa necessidade”.

Experiências

O ex-prefeito de Araraquara, Edinho Silva, mencionou diversas experiências de empreendedorismo social adotadas durante sua gestão. Entre elas a criação de uma cooperativa que hoje é responsável por 100% da coleta seletiva no município e uma outra, protagonizada por egressos do sistema prisional, que iniciou com três pessoas e hoje reúne centenas de egressos, com uma taxa de reincidência de apenas 4%.

Para ele, a economia solidária não é “bombeiro da conjuntura”, e sim uma concepção de política pública estruturante da organização da produção. Edinho argumentou também que é muito importante organizar os

setores da economia criativa dos quais despontam novas profissões. “Artistas, artesãos, cantores, profissionais que organizam atividades culturais são trabalhadores. Precisamos ver a economia solidária como algo central, ou não vamos conseguir dialogar com a nova classe trabalhadora”, afirmou.

Desigualdades estruturais

Nogueira destacou que, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), a participação de negros e mulheres nos pequenos negócios em 2010 chegava a 53%, o que de certa forma era surpreendente, pois havia uma ideia dominante no Brasil de que o empreendedorismo seria para homens brancos da classe média. “O



FOTO: SÉRGIO SILVA

empreendedor do qual estamos falando é da periferia. O que se constituía como a classe trabalhadora clássica, da indústria, passou por uma grande transformação com a desindustrialização e migrou para o setor de comércio e serviços, carregando desigualdades estruturais”, afirmou.

Segundo ele, existem 15,7 milhões de negros e negras que trabalham por conta própria e têm ganho menor do que os trabalhadores não negros. Somente em São Paulo, são 1,7 milhão de pretos e pardos nos pequenos negócios. “Nós não temos ainda uma linguagem adequada para conversar com esse público. O desafio dos partidos de esquerda e dos sindicatos é organizar e encantar essas pessoas”, disse.

Jade Percassi lembrou que, quando começou a atuar no MST, boa parte dos anseios e an-

gústias atuais já estava surgindo no final da década de 1990. “À época da primeira edição do Fórum Social Mundial, falávamos da mudança de perfil das classes trabalhadoras em vários países, e uma das discussões mais acaloradas era justamente sobre a construção de um programa de desenvolvimento para o campo, com uma reforma agrária que levasse em conta uma projeção da cultura associativista e cooperativista”, pontuou.

Para ela, a reforma agrária hoje é a solução para os dois maiores problemas da humanidade: a fome e a destruição ambiental. “Estamos falando de mudança estrutural das relações de produção, sem exploração de seres humanos, e de uma outra forma de relação com a natureza, não predatória, que se chama agroecologia. Não há produção de



FOTO: SÉRGIO SILVA

alimentos saudáveis com relações tóxicas. Quando falamos em cooperação e agroecologia na reforma agrária popular, estamos falando de uma plataforma socialista, anti-racista, anti-patriarcal, anti-etarista, anti-capacitista e assim por diante”.

Um dos principais obstáculos ao desenvolvimento da economia solidária, na visão de Mariana Giroto, passam pelas dificuldades de acesso ao crédito. “Hoje temos bancos solidários de desenvolvimento, bancos municipais, fundos solidários e cooperativas de crédito solidárias que dão acesso às populações periféricas, sem as listas de exigências que os bancos convencionais exigem”, explicou. ■

[Assista à roda de conversa no canal da Fundação Perseu Abramo.](#)

[E confira a playlist com as falas de casa convidado.](#)

Webinário sobre captação de recursos reuniu 75 representantes de coletivos periféricos

ROSE SILVA



O webinário “Captação de recursos para organizações periféricas”, realizado pelo Reconexão Periferias, em 8 de abril, reuniu 75 representantes de organizações sociais e coletivos das periferias. A iniciativa foi motivada pela necessidade de ampliar a participação dessas entidades em editais de fomento e nos conselhos de participação política.

O evento teve a participação de Gisele Ribeiro Martins, diretora e coordenadora do Setor de Captação de Recursos e Relacionamento Institucional da Redes da Maré; de Hélio Barbosa, fundador da Associação de

Iniciativa ofereceu subsídios a organizações e movimentos sociais que desejem participar de editais de fomento e a processos de produção de políticas públicas

Juventudes, Cultura e Cidadania (Ajurcc); e de Felipe Guedes, diretor financeiro e coordenador do Grupo Técnico de Apoio às Organizações Sociais da Ajurcc. A mediação foi realizada por Paulo Ramos e Victória Braga, coordenador e pesquisadora, respectivamente, do Reconexão Periferias.

“Esperamos, a partir desse debate e da disseminação de experiências bem-sucedidas dessas duas instituições, auxiliar o associativismo periférico em sua busca por apoio e financiamento, além de conectar organizações empenhadas em fortalecer sua captação de recursos”, afirma Paulo Ramos.

O relatório “Participação institucional e periferias – Informe a partir do Mapeamento de movimentos sociais e coletivos

das periferias brasileiras”, divulgado recentemente, apontou que 46% das mil organizações mapeadas pelo projeto entre 2018 e 2024 não acessam editais de fomento nem se inserem em conselhos de participação política. De acordo com o relatório, 467 organizações (47%) não têm presença em conselhos de participação e de controle social e 464 (46%) não buscam editais de fomento nem se inserem em processos de produção de políticas públicas para manterem sua atuação.

Daí a necessidade de compartilhar experiências bem-sucedidas de organizações na captação de recursos e debater estratégias que podem ajudar a superar as dificuldades de financiamento enfrentadas por entidades e movimentos periféricos. ■

Conflitos agrários no Pará e na Bahia são temas de novo caderno da coleção sobre chacinas

ROSE SILVA



Publicação será lançada em 23 de abril, na Câmara dos Deputados, no contexto das mobilizações do Abril Vermelho

em memória das famílias vítimas do massacre de Eldorado de Carajás ocorrido em 1996.

Trata-se do terceiro

volume da coleção “Chacinas e a politização das mortes: estudo de casos”, idealizado pelo Projeto Reconexão Periferias, que busca traçar um panorama da violência no campo a partir de reportagens veiculadas na mídia.

Nesta edição, pesquisadores fizeram entrevistas aprofundadas para retratar a situação no Pará e na Bahia, com

base, respectivamente, nos episódios de Pau D’Arco e Quilombo de Iúna, ambos ocorridos em 2017. O primeiro deixou 10 mortos e o outro, com 6 vítimas fatais, serviu de inspiração para o livro “Torto Arado”, do escritor Itamar Vieira Júnior.

A obra do Projeto Reconexão Periferias é uma parceria com a Secretaria Agrária do PT, Comissão Pastoral da Terra, Iniciativa Negra por uma Nova Política de Drogas e Fundação Cultural Palmares. O lançamento na Câmara dos Deputados terá presença de representantes dos ministérios da Justiça, do Desenvolvimento Agrário e da Igualdade Racial.■

A Fundação Perseu Abramo, por meio do projeto Reconexão Periferias, lança em 23 de abril a publicação **Chacinas e conflitos agrários: os casos de Pau D’Arco e do Quilombo de Iúna**. O evento de lançamento será realizado na Câmara dos Deputados, em Brasília, no contexto do Abril Vermelho, mobilização anual do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST)

Emilly Reis



FOTO: REDES SOCIAIS

Nascida em Feira de Santana, no interior da Bahia, Emilly Reis é multiartista visual, arte-educadora, ilustradora e atelierista. Graduiu-se em Letras Vernáculas pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e atua hoje com educação e cultura, levando a arte como uma ferramenta para transformar realidades e olhares. Desde muito pequena, vê a arte como uma aliada para tecer horizontes de possibilidades e expressão.

Assim, seus trabalhos se encontram principalmente na pintura e ilustração, com diálogos que atravessam a memória, regionalidade, identidade, espiritualidade, feminilidade, cultura popular e ancestralidade. Eixos que se correlacionam em suas obras e são narrados com fluidez. Inspira-se em sentimentos, poéticas e intuições que permeiam as nuances de narrativas das lutas sociais, cotidianas, vivências e resistências do sertão baiano, entendendo que tudo se constrói com o coletivo.

Possui referências que potencializam e fortalecem sua trajetória, dentre elas Anelis Assumpção, Willian Santiago (em memória), Bernardo Conceição, Breno Loeser, Ana Reis, Yacuná Tuxá, Matheus Guimarães, Òkun, Raiana Britto, entre outras figuras que circundam sua realidade e rede de apoio.

Iniciou sua jornada profissional em 2018, militando em um coletivo de

mulheres e no movimento estudantil da Universidade, quando utilizava a arte como ferramenta de denúncia e transformação social. A partir da inserção em feirinhas, ampliou seu olhar para iniciar a comercialização das suas obras e pintura e artesanato.

Idealizou projetos culturais que visavam aproximar e acessibilizar a arte, cultura e educação para a comunidade local. Participou de curadorias de exposições artísticas no Museu de Arte Contemporânea em Feira de Santana (2023). Seus trabalhos compuseram exposições como "Carolinas", no SESC Feira de Santana (2024). Em 2022, recebeu o Prêmio José Jerônimo de Moraes: Arte, Ciência e Humanidades nas categorias "Melhor Trabalho Artístico" com a obra "Feira de Lutas e Encantos" e "Artista do Ano". ■

Saiba Mais:
Instagram: [@emillyreisart](https://www.instagram.com/emillyreisart)



OPORTUNIDADES ABRIL/MAIO

Edital	Foco	Prazo	Link
Edital de intercâmbio cultural Minc nº 1, de 5 de outubro de 2023	Constitui objeto deste Edital a concessão de recursos financeiros com vistas a indenizar despesas de deslocamento, permanência e participação de agentes culturais, para apresentação de trabalho próprio, em eventos, festivais, feiras de negócios e outras atividades culturais, no Brasil e no exterior, que promovam o intercâmbio e a difusão de temas e expressões transversais que – por sua sazonalidade, peculiaridade, transversalidade ou ineditismo, não possuam locus institucional claramente definido no âmbito do Ministério da Cultura.	Até 31 de dezembro de 2026	https://mapas.cultura.gov.br/oportunidade/2059/
10º Prêmio Ayrton de Almeida Carvalho de Preservação do Patrimônio Cultural de Pernambuco	Constitui objeto do 10º Prêmio Ayrton de Almeida Carvalho de Preservação do Patrimônio Cultural de Pernambuco a seleção e a premiação de ações exemplares voltadas à proteção, preservação, conservação, salvaguarda e outras formas de acautelamento do Patrimônio Cultural de natureza material e imaterial em todas as macrorregiões do Estado de Pernambuco.	Até 04 de abril de 2025	https://www.cultura.pe.gov.br/editais/
Fortalecendo Soluções de Povos Indígenas, Comunidades Tradicionais e Trabalhadores (as) rumo à Justiça Climática e à Transição Justa	De forma inédita, duas iniciativas especiais do Fundo Brasil – o Raízes — Fundo de Justiça Climática para Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais e o Labora — Fundo de Apoio ao Trabalho Digno – se unem neste edital para alavancar os esforços de povos indígenas, comunidades tradicionais e trabalhadores(as) de todo Brasil na busca por justiça climática e uma transição justa que inclua de forma significativa suas vozes e soluções rumo ao bem viver e por uma economia de baixo carbono justa e inclusiva.	Até 25 de abril de 2025	https://www.fundobrasil.org.br/edital/fortalecendo-solucoes-de-povos-indigenas-comunidades-tradicionais-e-trabalhadores-as-rumo-a-justica-climatica-e-a-transicao-justa/

<p>Convocatória Funarte Mapeamento de Acervos de Arte no Brasil</p>	<p>A Convocatória Funarte Mapeamento de Acervos de Arte no Brasil é um serviço criado pelo Centro de Documentação da Funarte com o objetivo de identificar os acervos documentais, bibliográficos e artísticos pertencentes a artistas, coletivos, e entidades nas áreas das Artes Visuais, Circo, Dança, Música e Teatro e demais cidadãos. A identificação destes conjuntos é o primeiro passo para conhecermos onde, quantos e quais são as necessidades de tratamento e preservação dos acervos e coleções, desassistidos por instituições ou em situação de risco existentes em todas as regiões do país. Estas são informações fundamentais para a formulação futura de uma política para preservação dos acervos e valorização da memória das artes no Brasil.</p>	<p>Até 22 de julho de 2025</p>	<p>https://prosas.com.br/</p>
<p>Edital para Composição da CNIC 2025-2027</p>	<p>O Ministério da Cultura (MinC), em conformidade com o Decreto Nº 11.453/2023, e no exercício de suas competências constitucionais, torna público o Edital MINC Nº 1/2025, que estabelece as diretrizes para a habilitação de entidades associativas culturais e representativas do empresariado nacional, com vistas à indicação de membros titulares e suplentes da Comissão Nacional de Incentivo à Cultura (CNIC). A comissão, órgão estratégico para a avaliação de programas e projetos culturais amparados pela Lei Rouanet (Lei Nº 8.313/1991), terá nova composição para o biênio 2025/2027, garantindo representatividade regional e setorial.</p>	<p>Até 25 de abril de 2025</p>	<p>https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/editais/inscricoes-abertas/edital-para-composicao-da-cnic-2025-2027/edital-para-composicao-da-cnic-2025-2027</p>

<p>Edital Programa Rouanet da Juventude</p>	<p>O programa Rouanet da Juventude tem como objetivo fortalecer e apoiar ações e formações culturais voltadas para jovens das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Além disso, busca nacionalizar o acesso ao fomento cultural da Lei Rouanet, priorizando regiões e segmentos que historicamente não foram contemplados.</p>	<p>Até de 30 de abril de 2025</p>	<p>https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/editais/inscricoes-abertas/programa-rouanet-da-juventude/programa-rouanet-da-juventude</p>
<p>Chamamento público 002/2025 - fomento a projetos continuados de pontos de cultura</p>	<p>Este Edital tem por objeto a seleção de projetos que promovam o acesso da população aos bens e aos serviços culturais nos territórios e comunidades onde atuam, nos termos da Política Nacional de Cultura Viva. Poderão participar deste edital Pontos e Pontões de Cultura com constituição jurídica, ou seja, com CNPJ, bem como Organizações da Sociedade Civil sem fins lucrativos que desenvolvam e articulem atividades culturais em suas comunidades e ainda não estejam certificadas como Ponto ou Pontão de Cultura pelo Ministério da Cultura, desde que cumpram os requisitos para a certificação no Cadastro Nacional, conforme item 3 deste edital.</p>	<p>Até 16 de abril de 2025</p>	<p>https://prosas.com.br/editais/15603</p>
<p>Edital de chamamento público n 002-2024 - diversos segmentos culturais</p>	<p>Constitui objeto deste chamamento público a ATRAÇÕES ARTÍSTICAS PARA PROGRAMAÇÃO DA FUNDAÇÃO CULTURAL PROFESSOR ANTONIO CARLOS MARQUES, com o objetivo de difundir e valorizar a cultura, no município de Uberaba.</p>	<p>Inscrições contínuas.</p>	<p>https://prosas.com.br/editais/14475</p>

Banco de Projetos Socioambientais	O Instituto EDP é o órgão gestor dos investimentos sociais do Grupo EDP no Brasil, atuando como uma plataforma de relacionamento que contribui para a inclusão social, qualidade de vida e bem-estar das comunidades onde a EDP atua. Dessa forma, criamos este presente canal de captação contínua para projetos sociais cujo propósito seja o desenvolvimento social, cultural e ambiental da comunidade(s) que atuam.	Inscrições contínuas.	https://prosas.com.br/
-----------------------------------	--	-----------------------	---



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores



WWW.FPABRAMO.ORG.BR